

Demonstrações Financeiras

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Em 31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstrações financeiras

Em 1º de julho de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, datado de 24 de março de 2015, sem qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.939.769	920.997
Concessionárias e permissionárias	7	3.674.217	3.266.678
Estoques		570.138	-
Impostos a recuperar	8	1.222.853	274.909
Ativo financeiro amortizável	9	35.373.298	26.072.094
Outros ativos circulantes		75.667	120.162
		42.855.942	30.654.840
Ativo não circulante			
Títulos e valores imobiliários	6	4.524.336	5.177.237
Ativo financeiro amortizável	9	278.567.024	323.498.702
Outros ativos não circulantes		2.470.741	2.550
Imobilizado		-	99.988
		285.562.101	328.778.477
Total do ativo		328.418.043	359.433.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		1.054.874	3.341.260
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10	9.406.552	9.272.668
Impostos e contribuições sociais		340.963	436.456
Taxas regulamentares	11	1.803.086	1.290.352
Dividendos propostos	13	13.416.927	4.472.309
Outros passivos circulantes		33.116	588.186
		26.055.518	19.401.231
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10	136.723.661	133.480.452
Outras contas a pagar		72.705	-
Impostos diferidos	12	35.215.502	35.907.678
		172.011.868	169.388.130
Patrimônio líquido			
Capital social		156.285.490	156.285.490
Reserva de lucros		-	13.416.927
Reserva legal		-	941.538
Prejuízo acumulado		(25.934.833)	-
	13	130.350.657	170.643.956
Total do passivo e do patrimônio líquido		328.418.043	359.433.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita operacional líquida	14	50.764.779	42.159.311
Custo da operação	15	<u>(1.877.139)</u>	<u>(1.765.042)</u>
Lucro bruto		48.887.640	40.394.269
Despesas gerais e administrativas	16	(819.193)	(1.556.940)
Perda por redução de valor recuperável	1	<u>(51.930.678)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(3.862.231)	38.837.329
Resultado financeiro	17	<u>(18.485.679)</u>	<u>(15.204.171)</u>
Receita financeira		598.460	562.105
Despesa financeira		<u>(19.084.139)</u>	<u>(15.766.276)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(22.347.910)</u>	<u>23.633.158</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	(4.528.462)	(7.272.556)
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício		<u>(26.876.372)</u>	<u>16.360.602</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(26.876.372)	16.360.602
Resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente	<u><u>(26.876.372)</u></u>	<u><u>16.360.602</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	78.000.000	61.963.008	123.502	1.759.900	-	141.846.410
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	16.322.482	-	-	-	16.322.483
Transferência para o capital social	78.285.490	(78.285.490)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.360.739	16.360.739
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	818.036	-	(818.036)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.885.676)	(3.885.676)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	11.657.027	(11.657.027)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	156.285.490	-	941.538	13.416.927	-	170.643.956
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(26.876.372)	(26.876.372)
Transferência dos dividendos intermediários após aprovação de AGO de 30/04/2015	-	-	-	(13.416.927)	-	(13.416.927)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(941.538)	-	941.538	-
Saldo em 1º de julho de 2015	156.285.490	-	-	-	(25.934.833)	130.350.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
(Prejuízo)/lucro líquido do período antes dos impostos	(22.347.910)	23.633.158
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	17.190.496	12.966.596
Depreciação	3.561	7.715
Perda por redução de valor recuperável	51.930.678	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.114	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(428.653)	(1.260.978)
Ativo financeiro amortizável	(16.300.205)	(36.255.032)
Estoques	(570.138)	-
Impostos a recuperar	(947.943)	-
Adiantamentos a fornecedores	57.499	5.238
Outros ativos	(2.481.196)	1.159.018
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(2.753.275)	(2.815.411)
Tributos e contribuições sociais	(4.287.567)	143.636
Impostos pagos	(1.052.492)	-
Juros pagos	(8.497.395)	(8.231.543)
Taxas regulamentares	512.734	861.385
Outros passivos	(1.583.703)	(12.763.882)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>8.465.605</u>	<u>(22.672.320)</u>
Atividades de investimento:		
Venda de imobilizado - intangível	(103.549)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(81.874)
Títulos e valores mobiliários	652.902	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>549.353</u>	<u>(81.874)</u>
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	16.322.482
Captação de empréstimo	1.000.000	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(8.996.187)	(8.925.853)
Dividendos pagos	-	15.542.702
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(7.996.187)</u>	<u>22.939.331</u>
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa do período	<u>1.018.771</u>	<u>185.137</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>920.997</u>	<u>735.861</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>1.939.769</u>	<u>920.997</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

1. Informações gerais

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (“Montes Claros” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro.

A Companhia tem por objetivo social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão.

1.1. Mudança na participação acionária

Em 27 de outubro de 2014, à Administração de Montes Claros na época protocolou na ANEEL requerimento solicitando a anuência para praticar os atos necessários para transferência do controle societário da Companhia à SGBH. A aprovação ocorreu no mês fevereiro de 2015. Adicionalmente, foi solicitada a anuência junto ao BNDES para praticar os atos supracitados, para a qual aguarda retorno.

Em 1o de julho de 2015, a Companhia foi adquirida pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia foi adquirida pelo valor de R\$122.299.000. Na avaliação do valor justo da Companhia pela controladora SGBH foi efetuado um ajuste de R\$51.930.678 no ativo financeiro amortizável.

1.2. Da Concessão

Em 19 de janeiro de 2010, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A., acionista da Companhia à época, foi declarada vencedora do Leilão Público da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nº 005/2009 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica. Depois da aprovação da ANEEL, a Lintran do Brasil Participações S.A. passou a ser acionista majoritária da Companhia.

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, por meio ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2010 pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais:

- a) Linha de transmissão 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 162 km, com origem na Subestação Pirapora 2 e término na Subestação Montes Claros 2;
- b) Subestação Itabirito 2 em 500/345 kV - 560 MVA;
- c) Subestação Padre Fialho em 345/138 kV - 150 MVA;
- d) Entradas de linha e interligação de barras, barramentos, compensador estático, transformador defasador 138/138 kv 150 MVA, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, projeção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

As instalações de transmissão descritas acima entraram em operação comercial em maio de 2013 (linha de transmissão em setembro de 2012 e subestação Padre Fialho em maio de 2013), exceto a subestação Itabirito 2, que iniciou suas atividades comerciais em 09 de agosto de 2014 e teve a conclusão da sua construção em junho de 2014.

São ainda de responsabilidade da Companhia:

e) SE Itabirito 2 - Trecho de linha de transmissão em 500 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 2 km, entre o ponto de seccionamento da LT, em 500 Kv São Gonçalo do Pará - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 1 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 Kv Jeceaba - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações São Gonçalo do Pará, Ouro Preto 2 e Jeceaba;

f) SE Padre Fialho - Trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 0,10 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 Kv Vitória - Ouro Preto 2 e a SE Padre Fialho; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Vitória e Ouro Preto 2.

Os equipamentos e instalações descritos nos itens (e) e (f) deverão ser transferidos sem ônus para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. e para Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente, concessionárias de transmissão proprietárias das subestações e das citadas linhas de transmissão que serão seccionadas.

1.3. Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP será revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado a partir de julho de 2011 levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato.

Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.756/2014, estabeleceu a RAP em R\$19.566.730 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$31.432.865 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Com base nessas alterações houve a reclassificação do saldo da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), que em 2014 foi apresentada no grupo de custo da operação (nota explicativa 15) e em 2015 foi classificada como dedução da receita operacional (nota explicativa 14). O montante reclassificado em 2014 foi de R\$132.241. Não foram efetuadas outras reclassificações materiais nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2016.

2.1. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

3.3. Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

3.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

3.10. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

3.11. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável é classificado como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos e financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	-	5.747
Bancos	1.936.469	61.950
Aplicações financeiras	3.300	853.300
	<u>1.939.769</u>	<u>920.997</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Conta reserva - financiamentos	4.524.336	5.177.237
	<u>4.524.336</u>	<u>5.177.237</u>

Saldo se refere a conta reserva para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES").

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A vencer	3.449.535	3.266.678
Vencidas até 30 dias	75.265	-
Vencidas até 60 dias	7.167	-
Vencidas até 90 dias	58.377	-
Vencidas há mais de 90 dias	104.987	-
	<u>3.695.331</u>	<u>3.266.678</u>
(-) PCLD	(21.114)	-
	<u>3.674.217</u>	<u>3.266.678</u>

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo em 1º de janeiro	-	-
Adição de provisão	(21.114)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(21.114)</u>	<u>-</u>

8. Impostos a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
PIS	-	8.449
COFINS	-	38.994
IRPJ	737.931	21.915
CSLL	408.451	63.146
Outros	76.471	142.405
	<u>1.222.853</u>	<u>274.909</u>

9. Ativo financeiro amortizável

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante	35.373.298	26.072.094
Não circulante	278.567.024	323.498.702
	<u>313.940.322</u>	<u>349.570.796</u>

Conforme contrato de concessão da Companhia (conforme notas explicativas 1.1 e 1.2) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro.

As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

10. Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida

<u>Descrição</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Garantidor</u>	<u>Encargos</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
BNDES - Subcrédito A	05/2012	01/2027	(i)	TJLP + 2,58% a.a.	76.986.335	82.571.889
BNDES - Subcrédito B	05/2012	01/2027	(i)	TJLP + 2,18% a.a.	23.604.568	25.631.189
Debêntures	08/2012	04/2029	(ii)	IPCA + 8,75% a.a.	45.539.310	34.550.042
					146.130.213	142.753.120
Circulante					9.406.552	9.272.668
Não circulante					136.723.661	133.480.452
					146.130.213	142.753.120

(i) **Garantias - BNDES**

- Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
- Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

(ii) **Garantias - Debêntures**

As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2016	9.406.552
2017	9.173.159
2018	9.261.089
2019	9.349.490
2020 - 2027	108.939.923
	146.130.213

c) Covenants

A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes, para ambos os contratos. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

11. Taxas regulamentares

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reserva global de reversão (RGR) (i)	1.295.486	957.487
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	179.208	168.223
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	328.392	164.642
	<u>1.803.086</u>	<u>1.290.352</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410 de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

12. Impostos diferidos passivos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Impostos diferidos passivos	35.215.502	35.907.678
	<u>35.215.502</u>	<u>35.907.678</u>

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

Os saldos são referentes a: (i) registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão; (ii) PIS e COFINS sobre a receita de construção (registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção). Será realizada de acordo com o recebimento da receita da referida obras (ativo imobilizado da concessão).

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 3 de março de 2014 a Companhia integralizou por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária, o montante de R\$53.800.000 com a emissão de 53.800.000 ações ordinárias e nominativas. Em 31 de outubro de 2014 a Companhia integralizou, por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária, o montante de R\$24.485.490 com a emissão de 24.485.490 ações ordinárias e nominativas.

O capital social, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, subscrito e integralizado é de R\$156.285.490, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, as quais estão totalmente integralizadas em moeda corrente do país.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lintran do Brasil Participações S.A.	-	99,99%
Cobra Instalações y servicios, S.A.	-	0,01%
SGBH	100%	-
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

A parcela dos dividendos superior aos dividendos mínimos obrigatórios, propostos pela Administração antes da aprovação da Assembleia dos acionistas é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos” de acordo com o ICPC 08. Quando ocorre a aprovação, o saldo é transferido para a conta de dividendos propostos no passivo.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(26.876.372)	16.360.872
Reserva legal (5%)	-	818.037
Base de cálculo para os dividendos	-	15.542.835
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	3.885.676
Dividendos adicionais propostos	-	11.657.027

Em abril de 2015 foi transferido para o passivo dividendos adicionais propostos considerando ata da assembleia geral ordinária com aprovação do resultado em 30/04/2014 e 30/04/2015.

14. Receita operacional líquida

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita operacional bruta	49.864.507	47.597.603
Receita de operação e manutenção	1.880.790	850.478
Remuneração dos ativos financeiros	47.983.717	40.696.421
Outras	-	6.050.704
Deduções da receita operacional	900.272	(5.438.292)
PIS	381.909	(785.456)
COFINS	1.755.624	(3.617.322)
RGR	(839.037)	(671.205)
P&D	(291.011)	(232.067)
TFSEE	(107.213)	(132.242)
	50.764.779	42.159.311

15. Custo da operação

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal	(151.909)	-
Material	(4.818)	-
Serviços de terceiros	(164.683)	(553.945)
Arrendamentos e aluguéis	(429)	-
Seguros	(70.534)	(175.796)
Tributos	(12.296)	-
Custo de operação e manutenção	(798.781)	(1.017.301)
Outras	(673.689)	(18.000)
	(1.877.139)	(1.765.042)

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal	(11.854)	(349.454)
Material	(8.822)	(20.576)
Serviços de terceiros	(822.034)	(1.023.576)
Arrendamentos e aluguéis	(2.991)	(3.681)
Recuperação de despesas	253.559	-
Tributos	(19.714)	(36.143)
Depreciação e amortização	(3.561)	(7.715)
Outras	(203.776)	(115.795)
	<u>(819.193)</u>	<u>(1.556.940)</u>

17. Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita financeira	598.460	562.105
Receitas de aplicações financeiras	545.898	558.626
Variação cambial	36.459	-
Outras receitas financeiras	16.103	3.479
Despesa financeira	(19.084.139)	(15.766.276)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.843.615)	(13.192.256)
Variações monetárias	(403.611)	-
Comissões	(1.582.886)	(2.368.923)
Outras despesas financeiras	(254.027)	(205.097)
	<u>(18.485.679)</u>	<u>(15.204.171)</u>

18. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.939.769	920.997
Concessionárias e permissionárias	7	3.674.217	3.266.678
Ativo financeiro amortizável	9	313.940.322	349.570.796

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10	146.130.213	142.753.120
Fornecedores - terceiros		1.054.874	3.341.260

18.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

19. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(22.347.910)	23.633.427
Alíquota nominal	7.598.289	(8.035.365)
Adições e exclusões não dedutíveis		
Perda por redução de valor recuperável	(17.663.609)	-
Receitas (Despesas) não dedutíveis	(556.032)	762.809
Outros	(353.308)	-
Diferenças temporárias pela aplicação do IFRIC 12	6.446.198	-
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>(4.528.462)</u>	<u>(7.272.556)</u>

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais)

20. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	231.986	-
Seguro patrimonial	Risco operacional	126.604.341	46.770
Veículos	Carros	6.151	-
		<u>126.842.478</u>	<u>46.770</u>